

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

Porto

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS**

**INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2017

DENOMINAÇÃO: VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

MORADA: Travessa Cimo de Vila, 19

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4250-327

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 14 Março, 2018

10 de Março, 2018

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500846669
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 444 791,03	249 658,97
Investimentos financeiros	10.1	12 661,87	12 640,72
Outros Créditos e ativos não correntes	5	0,00	1 208 547,48
		1 457 452,90	1 470 847,17
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.2	33 179,41	47 146,26
Diferimentos	10.4	24 466,10	0,00
Outros ativos correntes	10.3	65 898,71	168 733,34
Caixa e depósitos bancários	10.5	7 960,52	18 506,42
		131 504,74	234 386,02
Total do ativo		1 588 957,64	1 705 233,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.6	617 137,70	617 137,70
Resultados transitados	10.6	-1 205 706,15	-1 513 554,97
Excedentes de revalorização	10.6	1 832 521,03	1 832 521,03
		1 243 952,58	936 103,76
Resultado líquido do período		55 091,12	339 848,82
Total dos fundos patrimoniais		1 299 043,70	1 275 952,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	15 775,41	21 120,56
		15 775,41	21 120,56
Passivo corrente			
Fornecedores	10.7	74 819,40	97 757,08
Estado e outros entes públicos	10.8	537,64	1 091,38
Outros passivos correntes	10.9	198 781,49	309 311,59
		274 138,53	408 160,05
Total do passivo		289 913,94	429 280,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 588 957,64	1 705 233,19

A Direção

Contabilista Certificado

VENERÁVEL IRMANDADE DE Nª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 500846669

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	2 800,00	1 175,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	950,53	1 133,16
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-23 601,17	-46 896,05
Gastos com o pessoal	8	-34 263,02	-71 052,65
Outros rendimentos	10.12	156 125,49	594 352,19
Outros gastos	10.13	-7 013,25	-96 418,94
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		94 998,58	382 292,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-39 907,46	-42 443,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 091,12	339 848,82
Resultados antes de impostos		55 091,12	339 848,82
Resultado líquido do período		55 091,12	339 848,82

A Direção

Contabilista Certificado

Contribuinte: 500846669

Entidade: VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO e CARIDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Funcionamento Geral	PERÍODOS	
			2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	2 800,00	2 800,00	1 175,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-34 263,02	-34 263,02	-71 052,65
Resultado Bruto		-31 463,02	-31 463,02	-69 877,65
Outros Rendimentos		157 076,02	157 076,02	595 485,35
Gastos administrativos		-63 508,63	-63 508,63	-89 339,94
Outros Gastos		-7 013,25	-7 013,25	-96 418,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55 091,12	55 091,12	339 848,82
Resultado antes de impostos		55 091,12	55 091,12	339 848,82
Resultado líquido do período		55 091,12	55 091,12	339 848,82

A Direção

Contabilista Certificado

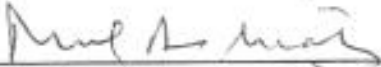
VENERÁVEL IRMANDADE Nª SENHORA TERÇO E CARIDADE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método			
Recebimentos de Clientes e Utentes		2.800,00	1.325,00
Pagamentos a fornecedores		-53.108,30	-49.029,48
Pagamentos ao pessoal		-136.184,74	-246.410,92
Caixa gerada pelas operações		-186.493,04	-294.115,40
Outros recebimentos/pagamentos		92.195,38	-134.738,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-94.297,66	-428.853,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-26.492,84	-663,95
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		114.570,20	427.855,22
Juros e rendimentos similares		69,02	4.700,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		88.146,38	431.891,99
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		950,53	1.133,16
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-5.345,15	-5.375,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-4.394,62	-4.241,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-10.545,90	-1.203,42
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		18.506,42	19.709,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.5	7.960,52	18.506,42

A Direção

O Contabilista Certificado



**VENERÁVEL IRMANDADE DE N^a
SENHORA DO TERÇO E CARIDADE**

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2017**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Propriedades de Investimento.....	12
6	Empréstimos Obtidos.....	12
7	Rédito	12
8	Benefícios dos empregados	13
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
10	Outras Informações	13
10.1	Investimentos Financeiros	13
10.2	Créditos a Receber	13
10.3	Outros Ativos Correntes.....	14
10.4	Diferimentos	14
10.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
10.6	Fundos Patrimoniais	14
10.7	Fornecedores	14
10.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
10.9	Outros Passivos Correntes	15
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	15
10.11	Fornecimentos e serviços externos	15
10.12	Outros rendimentos.....	16
10.13	Outros gastos	16
10.14	Resultados Financeiros	16
10.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A "VENERÁVEL IRMANDADE DE N^ª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, no livro 2 das Associações de Solidariedade Social, a folhas 176 e verso, sob o n.º 56/85, em 14/08/1985, com sede na Travessa Cimo de Vila, 19 na cidade do Porto.

A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade prossegue o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e tem como fins a promoção da solidariedade e caridade cristãs, da cultura, educação e a integração comunitária e social – na perspetiva dos valores do Evangelho – de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

São ainda fins principais específicos da Irmandade:

- a) De acordo com as suas possibilidades, diretamente ou através de serviços a baixo custo ou gratuitos, conceder auxílios financeiros aos mais necessitados, irmãos e habitantes da comunidade onde está situada.
- b) Gerir, direta ou indiretamente, o Hospital do Terço e instituições anexas em ordem a, de acordo com as suas possibilidades, dar proteção aos irmãos necessitados na eventualidade da doença, podendo estender essa assistência a não irmãos, nas condições que definir em regulamentação interna.
- c) De acordo com as suas possibilidades, proteger os irmãos idosos ou inválidos, criando-lhes condições de acesso a uma estadia permanente.
- d) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias dos seus benfeitores.
- e) Promover o culto religioso no seu templo privativo, de harmonia com a liturgia da Igreja Católica.
- f) Realizar as festividades à sua Padroeira, Nossa Senhora do Terço e Caridade e à Imaculada Conceição.
- g) Mandar celebrar no seu templo todos os domingos e dias de preceito da Igreja, uma missa por intenção de todos os irmãos vivos e defuntos e ainda pelos doentes internados no Hospital do Terço.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

VENERÁVEL IRMANDADE DE N^ª SENHORA DO TERÇO E CARIDADE

Travessa Cimo de Vila, 19 – Porto

NIF: 500 846 669

3

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259 /2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.3 Correção de erros de períodos anteriores

Foi efetuada uma correção com reporte ao período anterior, que abaixo se apresenta, identificada na coluna "reexpressão" e que corresponde ao que deveria ter sido reconhecido em 2016 (princípio do acréscimo – conhecimento após data do balanço), conforme ponto 3.4, do anexo 16 da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

Em 2016 no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER), foi registado como rendimento a diferença entre o valor em dívida e o reconhecido aos credores. Por lapso na empresa Involvemente foram considerados indevidamente mais 32.000€, pelo que se corrigiu na rubrica de resultados transitados de 2016.

Rubrica	2016	Reexpressão	2015
Resultado Líquido do período	339.848,82	-32.000,00	307.848,82

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abates	Transferência	31-12-2017
Edifícios e outras construções	2.962.136,88	24.647,04		7.510.667,65	10.497.451,57
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	281.669,91	1.845,00			283.514,91
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Ativo Tangível Bruto	4.236.127,47	26.492,04	0,00	7.510.667,65	11.773.287,16
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	2.713.551,23	38.975,72		6.302.120,17	9.017.996,69
Equipamento Básico	990.761,63				990.761,63
Equipamento de Transporte	229,79				229,79
Equipamento Administrativo	280.596,59	931,74			281.528,33
Outros ativos fixos tangíveis	1.329,26				1.329,26
Depreciações Acumuladas	3.986.468,50	39.907,46		6.302.120,17	10.291.845,70
Ativo Tangível Líquido	249.658,97	-13.415,42	0,00	1.208.547,48	1.444.791,03

5 Propriedades de Investimento

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Edifícios	7.510.667,65			7.510.667,65	0,00
Propriedades Investimento Bruto	7.510.667,65	0,00	0,00	7.510.667,65	0,00
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	6.302.120,17			6.302.120,17	0,00
Depreciações Acumuladas	6.302.120,17	0,00	0,00	6.302.120,17	0,00
Propriedades Investimento Líquido	1.208.547,48	0,00	0,00	1.208.547,48	0,00

As Propriedades de Investimento foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora a partir do período de 01/01/2016.

6 Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimo Bancário BBVA	0,00	6.091,47	6.091,47	0,00	8.208,64	8.208,64
Outros financiadores – Sr. Provedor	0,00	9.683,94	9.683,94	0,00	12.911,92	12.911,92
Total	0,00	15.775,41	15.775,41	0,00	21.120,56	21.120,56

7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	2.800,00	1.175,00
Quotas e Jotas	2.800,00	1.175,00
Outros Réditos	69,02	4.700,72
Juros e rendimentos aplicações financeiras	69,02	4.700,72
Total	2.869,02	5.875,72

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de "7".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 e 2016 foi de "2".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	28.142,75	32.134,90
Indemnizações	0,00	32.081,98
Encargos sobre as Remunerações	5.803,71	6.564,78
Seguros de Acidentes no Trabalho	316,56	270,99
Total	34.263,02	71.052,65

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

No período de 2017 e 2016 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos Financeiros		
Investimentos noutras empresas	12.092,06	12.070,91
Títulos de dívida pública	569,81	569,81
Total	12.661,87	12.640,72

10.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	33.179,41	47.146,26
Total	33.179,41	47.146,26

10.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

	2017	2016
Outros instrumentos financeiros - Santander	60.065,11	140.000,00
Devedores por acréscimo rendimentos	5.833,60	28.733,34
Total	65.898,71	168.733,34

10.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Involvepeople	21.600,00	0,00
Seguros	2.866,10	0,00
Total	24.466,10	0,00

10.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	628,96	2.105,81
Depósitos à ordem	7.331,56	16.400,61
Total	7.960,52	18.506,42

10.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	617.137,70	0,00	0,00	617.137,70
Resultados transitados	-1.513.554,97	339.848,82	*32.000,00	-1.205.706,15
Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis (edifícios)	1.832.521,03	0,00	0,00	1.832.521,03
Total	936.103,76	339.848,82	32.000,00	1.243.952,58

* Ver nota 3.3

10.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	74.819,40	97.757,08
Total	74.819,40	97.757,08

10.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	0,54	208,01
Segurança Social	537,10	883,37
Total	537,64	1.091,38

10.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		4.817,49		4.817,49
Credores por acréscimo de gastos		4.055,73		4.825,76
Remunerações em atraso		177.260,17		295.020,23
Outros credores (rendas)		4.648,11		4.648,11
Involvement		7.999,99		0,00
Total	0,00	198.781,49	0,00	309.311,59

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Doações e heranças – Donativos	950,53	1.133,16
Total	950,53	1.133,16

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	8.685,70	32.148,71
Materials	685,72	1.148,27
Energia e fluidos	1.418,99	956,97
Deslocações, estadas e transportes	0,00	5,45
Serviços diversos	12.810,76	12.636,65
Total	23.601,17	46.896,05

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros rendimentos	156.056,47	589.651,47
Rendimentos Suplementares	5.008,37	3.123,68
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - alienações	0,00	264.685,60
Rendimentos em propriedades investimento	114.570,20	101.855,22
Correções relativas exercícios anteriores	4.674,86	25.017,50
Restituição Impostos	0,00	111,17
Ganhos com antecipação PER – Plano especial recuperação	0,00	172.108,77
Outros rendimentos	31.803,04	22.749,53
Juros e rendimentos similares	69,02	4.700,72
Juros obtidos	69,02	4.700,72
Total	156.125,49	594.352,19

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.238,92	2.152,04
Correções exercícios anteriores	0,01	86.365,51
Donativos	370,00	2.000,00
Quotizações	300,00	198,00
Outros Gastos	5.104,32	5.703,39
Total	7.013,25	96.418,94

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	69,02	4.700,72
Total	69,02	4.700,72
Resultados Financeiros	69,02	4.700,72

10.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção

